

À

Pregoeira do Pregão Eletrônico nº 90082/2025

Serviço Autônomo Hospitalar – Hospital São João Batista

Município de Volta Redonda/RJ

Ref.: Processo nº VR-02.051-00008042/2025

I – QUALIFICAÇÃO

A empresa VARIEDADE COMERCIAL JGB LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 50.827.589/0001-74, por seu representante legal, vem, respeitosamente, com fundamento no art. 165 da Lei nº 14.133/2021, interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO contra a decisão que desclassificou a recorrente do certame, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

II – DOS FATOS

A Recorrente foi desclassificada sob a alegação de não apresentação do item C.3 do Termo de Referência, referente à certidão de quitação do IPTU. Consta no sistema ComprasGov que o motivo seria a ausência da referida certidão.

Entretanto:

1. **Em nenhum momento** houve solicitação via chat ou por meio de diligência para suprimento da suposta ausência documental, o que fere o princípio da razoabilidade e da busca pela proposta mais vantajosa (art. 5º e art. 12, §1º, Lei nº 14.133/21).
2. A empresa classificada em segundo lugar – REAL VR COMÉRCIO & FABRICAÇÃO DE MÓVEIS LTDA – também não apresentou a certidão de débitos de IPTU, limitando-se a anexar a certidão municipal, a qual foi aceita pela pregoeira.
3. Em contato telefônico com a servidora **Sandra**, foi informado que existiria uma 'orientação da Prefeitura de Volta Redonda' para que a certidão municipal substitísse a de IPTU. Todavia, **não há qualquer portaria, decreto, lei ou ato oficial publicado em Diário Oficial** que dê respaldo jurídico a tal substituição.
4. O edital (item 11.2.1, alínea “c.3”) é claro ao exigir a Certidão Negativa de Débitos

com relação ao IPTU. Assim, a decisão que aceitou documento diverso para outro licitante e desclassificou esta recorrente revela **violação à isonomia e ao julgamento objetivo**.

5. Ademais, o art. 64 da Lei nº 14.133/21 prevê a possibilidade de **diligência** para sanar falhas formais que não alterem a substância da habilitação, hipótese que se aplica ao presente caso, visto que a certidão poderia ser facilmente apresentada, sem prejuízo ao certame.

III – DO DIREITO

A decisão recorrida afronta os seguintes dispositivos:

- Art. 5º, caput, CF/88 – Princípio da isonomia.
- Art. 37, caput, CF/88 – Princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- Art. 12, §1º, Lei nº 14.133/21 – Busca pela proposta mais vantajosa, observados os princípios da isonomia e do julgamento objetivo.
- Art. 64, Lei nº 14.133/21 – Possibilidade de diligência para complementação de documentos já existentes à época da sessão.
- Art. 165, Lei nº 14.133/21 – Direito de recurso administrativo.

Portanto, a aceitação de documento distinto para a empresa concorrente e a negativa de oportunidade à Recorrente caracterizam **violação à isonomia, ao julgamento objetivo e à razoabilidade**.

IV – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer a Recorrente:

1. Reconsideração da decisão, com a reabertura de diligência para apresentação da certidão de débitos de IPTU; ou
2. Adoção de critério uniforme: se admitida a certidão municipal genérica para outro licitante, que seja igualmente admitida para a Recorrente;
3. Caso não acolhido, que seja declarada a inabilitação da empresa REAL VR COMÉRCIO & FABRICAÇÃO DE MÓVEIS LTDA, por ausência do documento previsto no edital;

4. Que sejam observados os princípios da isonomia, razoabilidade e julgamento objetivo, em respeito ao edital e à legislação vigente.

Por fim, **caso o pleito não seja deferido**, a Recorrente reserva-se ao direito de representação, até as últimas instâncias, perante o **Tribunal de Contas, Ministério Público, Prefeitura Municipal de Volta Redonda** e demais órgãos competentes, para apuração de eventuais irregularidades.

V - DO FECHO

Nestes termos,

Pede deferimento.

Rio de Janeiro/RJ, 03 de setembro de 2025.

VARIEDADE COMERCIAL JGB LTDA

CNPJ: 50.827.589/0001-74